



**PROJETO DE LEI Nº 035-13, DE 04 DE JULHO DE 2013.**

*Institui Programa de Anistia de multa e juros referente aos créditos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa.*

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa de Anistia de multa e juros referente aos créditos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa.

§ 1º O programa abrange os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, cobrados administrativamente ou judicialmente através de execução fiscal;

§ 2º O programa não abrange os créditos decorrentes de atualização monetária.

Art. 2º Aos contribuintes com débitos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, que saldarem integralmente, à vista, suas obrigações no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação da presente lei, será concedido o seguinte benefício:

I – Anistia de 100% da multa e;

II – Anistia de 100% dos juros.

Art. 3º Aos contribuintes com débitos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, que confessarem seus débitos e assinarem os respectivos termos de parcelamento até 90 (noventa) dias contados da publicação da presente lei, poderão solicitar parcelamento destes, em no máximo 12 (doze) parcelas.

§ 1º O pagamento de uma ou mais parcelas não implicará em presunção do pagamento da integralidade dos tributos objeto desta moratória;

§ 2º O atraso do contribuinte no pagamento do parcelamento autorizado ensejará a cobrança de juros e multa nos índices legais e utilizados pela Fazenda Pública Municipal;

§ 3º O não pagamento de 03 (três) prestações consecutivas implicará o cancelamento automático do parcelamento, independente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor em dívida ativa, para imediata cobrança executiva.

§ 4º Para pagamento da dívida em até 6 (seis) parcelas, serão concedidos os seguintes benefícios:

I – Anistia de 60% da multa e;

II – Anistia de 60% dos juros.

§ 5º Para pagamento da dívida em até 12 (doze) parcelas, serão concedidos os seguintes benefícios:

I – Anistia de 30% da multa e;

II – Anistia de 30% dos juros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 04 DE JULHO DE 2013.**

**Gil Marques Filho**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 035-13, DE 04 DE JULHO DE 2013.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos enviando a Vossas Senhorias o presente projeto de lei para apreciação visando a autorização para a instituição de Programa de Anistia de multa e juros dos créditos tributários inscritos em dívida ativa.

A proposta justifica-se pela necessidade de aumento da arrecadação devido ao significativo aumento na folha de pagamento do Município, resultante do crescimento vegetativo provocado pelo plano de carreira dos servidores e adequação dos proventos dos professores ao piso nacional, além do aumento das obrigações na área de saúde e de educação, sem a devida reposição nas receitas previstas, que está se configurando por muitas dificuldades a nível nacional de atingimento das metas projetadas para este ano, ou seja, o Governo Federal deverá manter as isenções e, também, alíquotas do IPI reduzidas em diversas áreas da economia, gerando assim um desequilíbrio nas projeções de receitas para os Municípios.

Acrescente-se a este cenário, a crise econômica como um todo, baixos investimentos no setor privado, a previsão do PIB com crescimento nulo ou quase nulo, a geração de empregos com índices abaixo da média, configurando assim um cenário de dificuldades no mercado interno, o que significará certamente, menos impostos, portanto, receitas abaixo da previsão anual.

A anistia prevista nesta lei abrange multa e juros da dívida ativa tributárias e não tributárias, portanto, para não haver enquadramento em renúncia de receitas, devemos atingir ao final do ano uma receita igual ou superior ao previsto no Orçamento anual em multa e juros da dívida abrangida nesta lei, assim, devemos observar a previsão orçamentária para 2013, da receita de multas e juros de mora da dívida ativa de tributos que é de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), e que o arrecadado até 30/06/2013, totaliza R\$ 55.879,66 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais com sessenta e seis centavos), ou seja, 65,74% do previsto.

Assim, deve ser arrecadado até o final do exercício valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Salientamos que a dívida ativa tributária e não tributária, atinge neste momento, um valor superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo elevado, e por isso medidas urgentes na busca da arrecadação destes créditos devem ser tomadas.

O processo administrativo nº 127821/2013 (anexado), faz parte integrante do presente projeto.

Assim, estes são os motivos que embasam e justificam a aprovação do presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 04 DE JULHO DE 2013.**

**Gil Marques Filho**

Prefeito